

Os “penalizáveis”, a política, a mídia e a polícia diante do estado democrático de direito¹

Lúcio Alves de Barros¹, lucba@terra.com.br

1. Mestre em sociologia e doutor em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte. Autor do livro **Fordismo**: origens e metamorfoses, e organizador do livro **Polícia em movimento**.

RESUMO: O artigo em apreço trata da emergência, desenvolvimento e maturação do que vem sendo chamado de Estado Penal. Não obstante o conceito, acredito ser um truísmo afirmar em solo brasileiro a presença de tal Estado. Contudo, diante das recentes mudanças no campo da segurança pública e dos acontecimentos ocorridos no Rio de Janeiro e em Minas Gerais ainda é possível, longe da ironia, acreditar que grande parte de nossa elite ainda aposta no mal-estar, no sofrimento, no sadismo, na criminalização, penalização e diferenciação dos seres humanos.

Palavras-chave: política, mídia, polícia, estado democrático de direito.

1 Texto apresentado no Seminário de Direito Penal. *O Estado Democrático de Direito e os múltiplos olhares sobre o crime*. Faculdade de Direito. Belo Horizonte, UFMG, 14 de maio de 2007. Agradeço o convite feito pelo Centro Acadêmico (CAAP) na pessoa do professor Marcelo Sarsur. Ao leitor, gostaria de lembrar que são muitas as amostras do Estado Penal brasileiro. Aos poucos, os exemplos vão se acumulando e, quando necessário, tratei de inseri-los no texto.

RESUMEN: Los “penalizables”, la política, los medios de comunicación y la policía delante del estado democrático del derecho. El presente artículo trata de la emergencia, desarrollo y maduración de lo que viene siendo llamado de Estado Penal. No en tanto el concepto, creo ser trivial afirmar en suelo brasileño la presencia de tal Estado. Con todo, delante de los recientes cambios en el campo de la seguridad pública y de los hechos ocurridos en Río de Janeiro y en Minas Gerais todavía es posible, lejos de una ironía, creer que grande parte de nuestra elite todavía apuesta en el mal estar, en el sufrimiento, en el sadismo, en la criminalidad , penalidad y diferenciación de los seres humanos.
Palabras llaves: política, medios de comunicación, policía, estado democrático del derecho.

ABSTRACT: The “penalized”, the political, the media and the police faced with the democratic state of right. This article treats the emergency, development and matureness of what has been called Penal State. Despite the concept, I believe to be a truism to affirm in Brazilian soil the presence of such State. However, faced with the recent changes in the field of the public security and the events occurred in the Rio de Janeiro and Minas Gerais it is still possible, far from the irony, believe that great part of our elite still wagers in the ailment, in the suffering, in the sadism, in the criminalization, penalty and differentiation of human beings.
Keywords: political, media, police, democratic state of right.

Introdução

Neste artigo, tecemos algumas reflexões sobre três eixos temáticos. Talvez, inocentemente, tenha deixado temas mais relevantes de lado, contudo, aparentemente, trato de eixos que fazem parte do nosso dia-dia e que, de uma forma ou de outra, estão na pauta de debate. Os três eixos dizem respeito (1) a cultura do medo relacionada à ação implacável da política com os meios de comunicação, (2) os penalizáveis e a política de segurança oriunda do

Estado historicamente repressor e, (3) por ressonância, a moda do que se convencionou denominar Estado Penal o qual está visível, principalmente, na face ostensiva da polícia.

I – Cultura do medo, mídia e ação política

No dia em que iniciei o presente artigo, dia 26 de março, não foi preciso muito esforço para escrever sobre as relações entre a mídia, a política, a violência ou a denominada criminalidade. No dia seguinte ao mencionado estava eu nessas bancas de jornal e, inevitavelmente, tal como a maioria das pessoas, passei os olhos nos jornais e percebi o como lidamos com a violência e a criminalidade. No famoso tablóide “Super Notícias”, ligado ao Jornal **O Tempo** - encontrei algo que talvez fosse interessante debater e, nesse caso, refiro-me especificamente à produção de uma fobia social, próxima ao que vem sendo chamado de “cultura do medo”.

Vejamos: “Golpe na Muamba: PM prende 12 acusados de contrabando e apreende ônibus com 150 kg de maconha e produtos que seriam vendidos no comércio popular de BH” (capa). “Preso acusado de matar casal do Castanheira” e ainda “Comerciante leva tiro após tirar extrato em banco” (com foto).²

No outro dia, o mesmo jornal trouxe: “Perigo no ônibus: adolescentes armados entram em coletivo e anunciam assalto; ex-PM reage, a arma de um dos assaltantes dispara e por pouco tiro não acerta passageiros” (capa). Ainda na mesma página: “Ladrões roubam carro da Prefeita de Contagem” e, ainda, “Pais cobram abertura da CPI dos desaparecidos”; “Presos assassinos que agiam nas regiões do Barreiro e oeste de BH”; “Aposentado morre sem conseguir atendimento”.³

Dois dias foram suficientes (obviamente não podemos generalizar) para não mais adquirir o periódico. Ambos os jornais, e hoje vocês possivel-

2 SUPER NOTÍCIAS. **Golpe na muamba**. Belo Horizonte, quarta-feira, 27 de março de 2007, ano 5, n. 1784. p. 1-9.

3 SUPER NOTÍCIAS. **Perigo no ônibus**. Belo Horizonte, quarta-feira, 28 de março de 2007, ano 05, n. 1785. p. 1-9.

mente verão que eles trazem a mesma temática, revelam uma pequena face do imaginário que se forjou acerca da violência e, por ressonância, do que chamamos de criminalidade. Se pensarmos o preço do jornal, 25 centavos, não é preciso ir longe para verificar quantas pessoas o lêem. Na verdade sabemos que esse tipo de veículo de comunicação vive da desgraça cotidiana e não é por acaso que percebemos a amplificação do medo com base no sensacionalismo e na espetacularização da violência e da criminalidade.

Na verdade, os profissionais dos meios de comunicação “têm uma dura missão”: fazer com que as pessoas consumam o mais rápido, da forma mais fácil e de maneira mais fidedigna possível, as mensagens produzidas a partir de certos fenômenos sociais, individuais, políticos, econômicos, culturais, sobrenaturais, religiosos, sexuais etc. Existe um grande repertório de manipulação e dividendos financeiros para os profissionais que vivem da produção de mensagens. Não creio ser importante aprofundar nas questões que envolvem a vaidade, a não seriedade no trato do trabalho da mídia, a não busca da objetividade no tratamento das informações e a escassez de rumos éticos que atingem esses profissionais. Caminho por outra trilha de argumentação, chamando atenção para a mercadoria violência. Mercadoria escrita, virtualizada, veiculada nos jornais e nas telas de televisão e vozes no rádio. Mercadoria vendida no escuro para aqueles que compram os horários comerciais e devolvida de forma lapidada, organizada e editada para o público consumidor. Compramos a versão dos fatos, imagens e informações que não temos controle, não sabemos as circunstâncias em que foram produzidas e quem resolveu levá-las a público. Em que medida pode-se colocar esta mercadoria em questão?

No que toca aos acontecimentos associados à violência e à criminalidade, acredito ser este um dos campos mais difíceis de produção de notícias. Se na década de 80 produzimos bons jornalistas no campo econômico, esportivo e político, não creio que fizemos o mesmo em relação à violência e à criminalidade. Não é comum ver jornalistas percorrendo delegacias, atrás da polícia ou mesmo enfrentando, na busca da notícia tão “necessária” à população, o cotidiano do combate ao narcotráfico, rebeliões ou ações de controle por parte da polícia de desordens sociais. O trabalho dos jornalistas, em sua grande maioria, é pautado pela própria polícia (SANMARTIN, 2002; BARROS, 2005). Preso nas malhas da rotina de produção de notícias, não são poucos os profissionais que optam pelo mais fácil e rápido: aproveitam as informações oficiais e da pouca ou quase nenhuma sapiência daqueles que participam do fazer jornalístico.⁴

É perigosa a violência andar de mãos dadas com o mercado. Na busca dos leitores, os profissionais e proprietários dos meios de comunicação apostam na melhor forma de embrulhar o objeto de consumo. A violência e a criminalidade, nesse caso, recebem nova roupagem. Novos valores de troca são associados ao fenômeno. Fala-se de uma violência generalizada, de uma “violência” que “explode na grande cidade”, de novas formas de furtar, roubar e de enganar o outro. Também novas vítimas aparecem no cotidiano. A mídia passa a avisar e, ao mesmo tempo, apontar que os idosos e as idosas, as mulheres, notadamente as grávidas e jovens, os grandes empresários e as pessoas que têm bons automóveis e que moram em locais que agregam valor econômico e social são as potenciais vítimas ou alvos dos “profissionais da violência e da criminalidade”. Ao mesmo tempo, os mesmos instrumentos midiáticos pedem “Socorro”, exigem providências e se esforçam para mostrar saídas. Nesse sentido, não negam forças para mostrar grandes fotos coloridas que revelam o rosto, a identidade e, não poucas vezes, a família do criminoso. Além disso, tratam de relatar sua vida privada e tentam apontar como o “coitado” tornou-se “criminoso”, “estuprador”, “pedófilo”, “violento”, “pivete”, “cafetão” ou “sequestrador”. Na realidade, se produz o criminoso. Pintado de várias cores, o “entrevistado”, meliante por que roubou um carro, consumiu ou vendeu drogas, torna-se o mais importante personagem das páginas dos jornais e revistas, da tela da TV ou do computador. Ele tem que ser vendido: é necessário a melhor imagem, o melhor perfil, o relato e a mais profunda busca de sua vida privada e que sejam potencializados qualquer indício de que a pessoa “não é normal”. É preciso evidenciar o crime, dar ênfase, se for o caso produzir e trazer à tona as provas e evidências disponíveis do fato.

É óbvio que existem muitos dos fenômenos relatados pelos profissionais da comunicação. É sabida a mais que secular corrupção que assola nosso país.

- 4 Nesse sentido, é comum o jornalista generalizar e fazer uso de informações “caducas”, sem maiores detalhes e recheadas de subjetividade. Não existe o controle sobre o “movimento” da notícia. A produção dela leva muitas vezes os profissionais da mídia a usarem *acontecimentos de rotina* como caixas de ressonância para grandes e “novos” acontecimentos midiáticos, os chamados *meta acontecimentos* conforme o conceito de Rodrigues (1999). Por exemplo, na falta de material noticioso, de um acidente, as notícias sobre a segurança pública, algumas vezes com base em estatísticas, são divulgadas mais no intuito de cumprir a pauta do que de alertar ao público sobre o possível aumento ou diminuição da violência ou da criminalidade. Para uma análise apurada da temática, ver Malotoch & Lester (1999) e Traquina (1999, 2001).

Sabe-se da existência do tráfico em determinados lugares. Tem-se ciência das “zonas quentes de criminalidade” existentes na cidade e muitos são os relatos sobre a industrialização do crime através do tráfico de entorpecentes e de armas que, na maioria das vezes, estão fortemente associadas ao uso ilegítimo da violência e da força física. Ademais, muitos já sabem os lugares “perigosos” e aqueles que não se devem freqüentar. O fenômeno da violência, complexo, heterogêneo e múltiplo não somente entra em nossa casa através dos instrumentos da mídia, mas bate em nossa porta e nos mostra que algo não está indo bem na sociedade.

Mas o problema a ser evidenciado diz respeito aos cuidados que devem ser tomados quanto à utilização das informações acerca da violência e da criminalidade. Ao vender a violência cometida e o resultado oriundo do esforço dos criminosos, os meios de comunicação tratam de potencializar sua ressonância que, dependendo de sua magnitude, característica ou crueldade chega a durar meses no imaginário social. Casos esporádicos, corriqueiros ou mesmo banais são generalizados abusivamente e inconseqüentemente. Ao invadirem a tela da TV, rádios e jornais, tais casos recebem a ressonância necessária e espetacular. Novos ingredientes, conteúdos teatrais, fórmulas, atributos estéticos e de linguagem oferecem uma nova roupagem ao fato que não deixa de marcar de maneira manifesta ou latente o imaginário social. É compreensível, nesse caso, observar nas ruas o comportamento das mulheres que assustadas se agarram às bolsas, mães que empurram filhos e amigos para não ficarem próximos de estranhos, os diversos “seguranças” e câmeras nas portas de lojas, bancos, padarias, farmácias, igrejas, correios, fábricas, escolas, prédios e até bordéis, bem como os estigmas e estereótipos produzidos acerca daqueles que por diversos motivos andam mal vestidos, excluídos das relações de sociabilidade tais como, negros, prostitutas, pobres, analfabetos, idosos, “flanelinhas” dentre outros habitantes do mundo da noite e da rua.

No entanto, por serem compreensivas não quer dizer que tais ações devam ser entendidas como naturais. O voyeurismo social é autoritário, conservador e não deixa de possuir recorte fascista. Ele procura “inimigos” e deseja a punição dos “culpados”. Como as imagens, tal como as mensagens, são passadas a um público carente de informações e formação política, o repertório de reclamações pouco a pouco vai se direcionando para os holofotes da política; “e o que faz os políticos?” Pergunta o penalista Zaffaroni (2003). Sua resposta é lapidar:

Os políticos ficam desnorteados, não sabem muito bem o que fazer. E o Estado, este Estado fraco, este Estado enfraquecido, este Estado tísico, este Estado totalmente magro, vira mais espetáculo do que uma fonte de deci-

sões. A política toda vai virando um espetáculo (Zaffaroni, 2005, p. 23).

Como em toda relação social, os atores não desejam ficar com o ônus das condições objetivas que, aparentemente, estão conturbadas. Ma maioria das vezes, atitudes desesperadas tratam de reverter a situação. Na tentativa, por vezes frustrada de virar o jogo dos acontecimentos, os políticos, desde o início da década de 90, tem utilizado o tema da violência e da criminalidade para lançar suas novas mensagens em detrimento de outros temas tanto ou mais importantes. Zaffaroni (2003) salienta que, neste novo cenário, tais políticos se assemelham a atores e atrizes que, na falta de manutenção de outro discurso, se apegam à mensagem penal. A representação da peça, entretanto, não é um bom mecanismo para revelar projetos, haja vista a necessidade de manutenção da imagem que um ator ou atriz no campo da política deve manter. De acordo com Zaffaroni (2005, p. 24):

Esses políticos desnorteados, preocupados fundamentalmente com a imagem, esses políticos têm de simular que estão providenciando soluções para os grandes problemas sociais. Têm de projetar essa imagem. É uma necessidade para eles. É uma necessidade da lógica teatral enviar essa mensagem.

Mais que isso, de acordo com o autor mencionado, os políticos descobriram que a forma mais singela e prática de enviar mensagens para a população, já fóbica e ignorante, é a mensagem da lei penal. A questão torna-se mais séria, pois...

[...] todo problema social vira problema penal: a droga, a violência, a psiquiatria, tudo vira penal, tudo. Nada acontece sem que algum legislador, algum deputado, algum senador não faça um projeto de lei penal. Não vão fazer projetos de leis administrativas. É mais complicado. Mas, lei penal qualquer idiota faz um projeto e uma mensagem ainda mais idiota que o projeto. Isso é muito barato. A lei penal não custa. E o sujeito tem cinco minutos na televisão. Para a vida e para a presença de um político isso é imprescindível. (Zaffaroni, 2005, p. 24).

Transformar problema social em questão penal não é novidade nesse

país. A história brasileira, há muito, já é exemplo de penalização do outro, da diferença e do que pode nos causar mal-estar e, não foram poucos os episódios que tornaram-se casos de “polícia”. Esses dois poderes, a mídia e a política, não tem grandes problemas para encontrar os penalizáveis. Muitas são as imagens e fotos veiculadas na TV e nos jornais que mostram agentes do Estado evidenciando os culpados da “desordem social”. Nesse caso, traficantes, usuários de drogas, “meninos de rua”, prostitutas, homicidas, sociopatas, seqüestradores, mendigos, assaltantes perigosos, e pequenos delinqüentes são tratados da mesma maneira. Recebem o mesmo papel social. Tanto na política como na mídia encontramos o jogo daqueles que desejam promover o espetáculo, colaborando para a estigmatização, criminalização ou mesmo a demonização de certos grupos e localidades. Tudo isso, indubitavelmente, contribui para o pavor social e a cultura do medo.

Talvez seja óbvio afirmar que não é por acaso que assaltantes e traficantes são assassinados. Estudiosos do assunto têm, inclusive, comentado sobre a juventude e pouca expectativa de vida desses “desviantes” (PERALVA, 2000). Não creio que homens e mulheres queiram ver os seus filhos em tais situações. O mesmo, é claro, podendo-se dizer da possibilidade de se tornarem pedintes, usuários de drogas, vítimas de seqüestro, de roubo ou furto. Não obstante, é preciso afirmar que não é por geração espontânea que nasce o criminoso ou o delinqüente. Ele é o resultado de forças e interesses sociais que o excluem do corpo social. A violência e a criminalidade aparecem como ingredientes institucionais que empurram determinados indivíduos para fora e distante das regras e normas socialmente aceitas pela consciência coletiva.

Ao ficar “dependurado” no edifício social é de se esperar o cansaço psíquico, cultural, político e social daqueles que labutam contra a maré. Ao cair do edifício de regras sociais, cuja manutenção cabe ao sistema de controle social, digo, ao sistema de justiça, as chances para este indivíduo se tornar alvo das instituições policiais tanto a civil como a militar é maior. Como se sabe, os responsáveis pela “faxina social” - serviço que há muito se tornou institucional - em nosso país é a polícia que, infelizmente, tem corroborado algumas denúncias de violência e desrespeito aos direitos humanos.⁵ Mas não deixa de ser interessante o paradoxo brasileiro: a democracia trouxe à reboque o aumento

5 A violência policial já recebeu entre nós diversas análises que privilegiaram enfoques e interesses diferentes. Para uma análise geral do fenômeno, conferir Barcellos (1992), Pinheiro (1998), Barnabé de Souza (1998), Mesquita Neto (1999), Patrocínio (1999), Méndez (2000), Cano (2001), Oliveira et. al. (2001) e Belli (2004).

considerável da violência e da criminalidade e, por consequência, verdadeiras estruturas de vigilância e de punição.

Nesse sentido é possível, inclusive, perguntar a quem interessa o espetáculo? Na maioria das vezes, os profissionais dos meios de comunicação não sabem sequer o que estão dizendo. É óbvio, mas perigoso e antiético, que não interessa à mídia o que realmente é determinante, necessário e, por vezes, latente em alguns acontecimentos sociais e individuais. O interesse é a estética do *grotesco* (SODRÉ, 1973; SODRÉ, 2002; SODRÉ; PAIVA, 2002), o imediato, o fenômeno sensacional, dramático e espetacular. Para isso, é necessário dramatizá-lo, colocá-lo em pauta de importância e mantê-lo manifesto na consciência coletiva e latente no inconsciente social. Tudo isso, no intuito de buscar, dentre muitos objetivos, o lucro. Já vai longe o tempo em que a ciência da comunicação era uma espécie de “filosofia pública, uma atividade do pensamento” (SODRÉ, 2002). E mais do que antes, associado às mensagens da ótica da política punitiva, é forte o poder discricionário da mídia e, porque não dizer, discriminatório, pois escolhem o que desejam vender e, para isso, não poupam esforços para dramatizar e sensacionalizar vidas privadas como se autoridade tivessem para isso. E o Estado, esse Estado fraco ao qual se refere Zaffaroni (2005) é conivente e não cumpre o dever de defender os direitos dos cidadãos e, por consequência, dão força aos anseios penais das elites políticas e econômicas.

II – Os “penalizáveis” e o Estado

Não são novidades os estudos que apontam a violência como uma linguagem de determinados atores no mundo social (RONDELLI, 1995, 2000). A violência normalmente produz expressões de sociabilidades, (in) satisfações, reivindicações, interesses, frustrações e desejos humanos (GIRARD, 1990). Não existem registros de sociedades sem violência e criminalidade. É necessário deixar claro que homens e mulheres estão fadados a viver com a existência de ambas (DURKHEIM, 1990). O problema reside nas relações humanas, grupos sociais violentos que saem do controle social. Dito de outra forma, quando o Estado deixa de exercer o uso legítimo da violência, quando atores sociais cujo trabalho é coibir práticas criminais e ilícitas, quando episódios de violência começam a ser banalizados, glorificados, corriqueiros ou naturais, é sinal de que algo não está em equilíbrio. Em tais circunstâncias, é óbvio que a ordem social, que impera na consciência coletiva, está flexível, perdendo força e não opera da mesma forma nas mentes individuais. O perigo à vista é a falta de regras e

normas cujo objetivo central é a manutenção de processos civilizatórios entre os seres humanos.

Sabemos que homens e mulheres, outrora, abriram mão do poder privado do uso da violência em favor do poder estatal.⁶ Entretanto, é legítimo e esperado que novos personagens sociais, grupos de interesses definidos, muitas vezes com princípios contrastantes em relação aos valores comuns à sociedade, utilizem novas formas de se fazerem representar na sociedade.

Não deve ser por acaso que os criminólogos, sociólogos, cientistas políticos e penalistas têm observado a emergência e maturação de um Estado Penal (WACQUANT, 2001, 2002, 2003; SÁNCHEZ, 2002; ZAFFARONI, 2007). Diversas são as possibilidades a que os autores têm se apegado no intuito de caminhar nesse sentido, tal como o aumento da política do encarceramento, da criação seletiva de leis, da veiculação da sensação de insegurança e do risco, da procura daqueles que podem ser penalizáveis, das mudanças organizacionais e administrativas das cidades ou mesmo da criação de uma nova “cultura” assentada na paz.

Realmente são curiosas e paradoxais as afirmações sobre as mudanças que estão ocorrendo desde o final da década de 70 e início dos 80.⁷ É possível, inclusive, pensar que o Estado é ontologicamente penal. Desde os contratualistas e os organicistas sabe-se que abrimos mão de parcela da liberdade no intuito de garantir o contrato social e o não ataque à integridade e à dignidade dos seres humanos. Todavia, quando se fala de Brasil, a questão é certamente complexa, haja vista que, historicamente, desde a colonização não somente o Estado, mas a sociedade brasileira é penal.⁸ Digo isso porque de uma for-

6 É próspera a bibliografia nesse sentido. Para evitar variantes, ver Hobbes (1651 [1975]), Weber (1963 [1975]), Elias (1996 [1939]) e Tilly (1996).

7 Digo paradoxal justamente porque é difícil encontrar o momento exato de mudanças e/ou continuidades no cenário da segurança pública. Dentre vários fatores, é importante destacar a carência e a precariedade de informações de outrora, o difícil estudo e reunião de dados acerca dos períodos não democráticos e a resistência de muitos em lidar, principalmente no Brasil, com tais temáticas. Sobre isso, ver Zaluar (1985, 1994), Coelho (1987), Paixão (1995), Adorno (1993, 1998, 2000), Pinheiro (1998, 2000), Kant de Lima, *et al.* (2000), Soares (2000), Caldeira (2000) e Belli (2004).

ma ou de outra o Estado responde às demandas sociais. Quando não, sabemos da configuração de ditaduras e governos nada democráticos alicerçados em corrupção e práticas populistas.

Por outro lado, é curiosa a mudança porque estamos passando e infiltrados no Estado a elite novamente vem utilizando os recursos da *tecnocracia americanófila*. Se lá assistimos com bons olhos o que se convencionou chamar de “tolerância zero”, aqui – de uma forma ou de outra – estamos produzindo a nossa. Tal como lá, também forjamos o nosso “modelo” de “polícia comunitária”, estamos fazendo a “unificação” da PM com a PC, trocaremos “nossas janelas”, melhoraremos a cidade, limparemos os moradores de rua, os viciados e assim por diante. Mencionei Zaffaroni (2005) para revelar a mensagem que os políticos atualmente tem em mãos para o seu público. E, dentre tantas mensagens, não há outra melhor do que a produção do que Barry Glassner (2003) chamou de “cultura do medo”. Isso parece bom para qualquer governante, haja vista que ele faz uso da polícia e do que Paixão (1995) chamou do “mito do marginal criminoso” e das “classes perigosas”. E não é difícil pensar que associado à mensagem citada está o controle das esferas midiáticas. É óbvio que a cobertura jornalística cobrirá os casos excepcionais que merecem repercussão e que não deixam de oferecer a ressonância necessária à continuidade do espetáculo diário da mercadoria violência e da mensagem política de um governo “austero” e implacável diante de “tanta criminalidade”.

A soma de várias tragédias e dramas privados e corriqueiros forja o que sabiamente Paixão (1995) chamou de *tragédia coletiva*. Ao ganhar as páginas de um jornal, o drama ganha força, ressonância, linguagem e materialidade. Nas

- 8 Desde a colonização ou no Império, temos um Estado alicerçado no medo e no terror. É história a caça, os julgamentos, os assassinatos e genocídios no Brasil. Não é novidade a cultura da rotulação dos indivíduos considerados marginais. Nos tempos do Império foi implacável a intensa repressão aos “vadios”, “capoeiras” (negro mulato que praticava lutas e rituais corporais), escravos negros “libertos” e os estrangeiros oriundos de “grupos perigosos do estrangeiro”. Não resta dúvida que nossa sociedade foi moldada no alicerce da exclusão e que, viver em solo brasileiro, não é para principiantes. Sobre a temática, ver Mattoso (1982), Fausto (1984), Carvalho (1987), Chalhoub (1986, 1988), Holloway (1997), Cancelli (2001) e Bicalho (2003).

contundentes palavras de Paixão (1995):

O mito do *marginal criminoso* se desdobra, no plano da ação coletiva, no mito das *classes perigosas* a agregação crítica de vagabundos, desempregados, subempregados, delinqüente, ou, como quer L. Chevalier, os *selvagens, bárbaros e nômades*, a *população inimiga* das classes respeitáveis que, para a opinião da elite do século XIX, ameaçava a ordem da sociedade capitalista emergente por sua propensão a surtos voláteis e incontroláveis de violência coletiva (1995, p. 3).

Em outra citação o autor revela que:

O ponto importante (e esquecido pela adesão ao mito das classes perigosas) é a incapacidade do Estado de garantir efetivamente a *ordem sob a lei* na periferia social – que responde tanto pela transformação de quadrilhas criminosas em agências de controle social quanto pelo significado normativo de saques, *quebra-quebras* e outras formas de violência coletiva das *massas marginais*: demandas *gauches*, mas periféricamente modernas, por cidadania (1995, p. 4, grifos do autor).

É na incapacidade do Estado de manutenção da ordem que vemos hoje, talvez com certa empatia pela maioria da população, o crescimento do que muitos chamam de Estado Penal (SÁNCHEZ, 2002). O que incomoda é a demanda social em relação a isso.⁹ É óbvio que não existe um determinante, mas sabemos que, por natureza, os anseios da sociedade são, em geral, fascistas, conservadores e escusos. No caso do Brasil, são vários os exemplos.

O problema aparentemente reside é na existência de um acordo

9 Em recente pesquisa, levada a efeito pelo Senado, a maioria da população defendeu a prisão perpétua (75%) e 93% a maioridade penal. Conferir, DataSenado. Violência no Brasil. Brasília, abril de 2007.

tácito entre os atores envolvidos no processo de manutenção do poder e a sociedade, sempre cega, vitimizada e “desampara”. Este acordo revela e contribui para o que Berger e Luckmann (1985) chamaram de *construção social da realidade*. Essa obra, já clássica na sociologia, demonstra com acuidade como as instituições sociais, e no caso as instituições políticas e repressoras do Estado, interferem na produção de significados coletivos relacionando-os aos comportamentos sociais “desviantes”. A função das instituições, para os autores mencionados, é a de transformar em verdade objetiva o que, na realidade, é forjado pelo arbítrio e interesse de determinados atores sociais. É dessa forma que homens e mulheres conseguem se defender da possibilidade da “anomia”. Os seres humanos desejam a “ordem”, não querem a dúvida, o terror e a suspensão de suas crenças. Ao produzirem um mundo ordenado que opera no campo da cognição coletiva, homens e mulheres estão se protegendo e investindo contra o “perigo” da natureza e do pesadelo.

Lidar com o outro, com a diferença, talvez seja o problema da “modernidade recente” tal como afirma Young (2002). A imagem de um Estado penal deificado, parece ser importante para a ordem social conservadora. Algumas instituições devem ser potentes o bastante para a manutenção e controle da *essencialidade do outro* que é “desviante” ou diferente da maioria.¹⁰ Mas como o Estado revela toda sua potencialidade?

III – Os “penalizáveis”, o Estado e a polícia como mensagem penal

Dois caminhos cruzam a ação do Estado Penal: (1) o das políticas assistenciais e de prevenção e (2) as políticas de repressão voltadas para a identificação dos indivíduos infratores, numa clara tentativa de tentar barrar a emergência e a ocorrência dos delitos e, provavelmente, das vítimas. Ação complicada, pois o Estado Penal se caracteriza pela emergência e maturação de um “Estado Policial” e penitenciário em detrimento de um Estado voltado para a manutenção da paz e da justiça.

10 De acordo com Young (2002, cap. 04, p. 163), “o essencialismo cultural permite que as pessoas acreditem na sua superioridade inerente e sejam ao mesmo tempo capazes de demonizar o outro, como essencialmente depravado, estúpido ou criminoso” (grifo meu).

Uma das tendências desse estado de espírito são as políticas voltadas para o que se denominou de “defesa social”. Ao invés de pensar na inserção dos excluídos ou daqueles que simplesmente lutam por direitos através dos movimentos sociais, o Estado os pune, os espanca, colocam para correr ou se esforça assistencialmente para acomodá-los em albergues, instituições repressivas, projetos sociais, religiosos, culturais, retirando-lhes o direito à cidade e à emancipação.

No caso do Brasil, não é preciso lembrar os vários movimentos - tantas vezes “criminalizáveis” - em favor da democracia, da cidadania, por direitos e pela igualdade social. Em um país no qual a injustiça parece ser norma, não é bom esperar muito do Estado. Daí a importância dos movimentos sociais, associações e organizações não governamentais. Desde o final da década de 70 e início do decênio de 80, são esses os lugares privilegiados dos atores que buscam a afirmação das diferenças e a possibilidade de revitalizar espaços de solidariedade e reconstituição de um tecido social que acreditam estar em plena desorganização. Todavia, é preciso ouvir essas vozes que bradam (muitas com o investimento estatal) e funcionam como ansiolíticos do que antidepressivos.

É na concepção da fraqueza do Estado no campo social que se abre o uso de tecnologias de controle da sociabilidade. Desde a obra clássica de Foucault (1975) sabemos do panóptico que, no caso em tela, parece mais ágil, complexo e perigoso do que tempos atrás. Não é preciso ir longe para perceber pela cidade dezenas de “Olhos Vivos”, Postos de Vigilância, câmeras internas e externas, seguranças privados, carros blindados, vigilância sem cor e uniformes, o retorno dos justiceiros (hoje chamados de milícias), da tortura consentida e assim por diante. Beccaria (1764) ficaria no mínimo deprimido diante de tais condições, pois novamente de assiste à desumanização das penas e a rápida e complexa criação de formas de punir, até porque, o Estado Penal, discricionário e discriminatório não tarda na criação de novos delitos (HAUSER, 1997).

Chega a ser cômico, mas dramático, como a ação estatal oriunda da polícia ostensiva e civil é revestida por novas roupagens que, ao serem midiaticizadas, são recheadas de sensacionalismo, espetacularização e banalização da realidade. Viciados em drogas, menores infratores, armas de baixo e médio calibre apreendidas são suficientes – na ausência de grandes acontecimentos - para “furos”, manchetes de primeira página, cadernos especiais e a demonstração de ocorrências de destaque. O Estado, alimentado pelo pão da ignorância e da sensação de medo da

população¹¹, utiliza (se não controla com muita acuidade) os meios de comunicação para recuperar acontecimentos, relacionar outros já esquecidos, levantar novas problemáticas bem como traçar o perfil de “velhos” e “novos” “desviantes”. Os meios de comunicação, notadamente a mídia impressa, há muito se tornou um depósito de memória e produtora de discursos. Logicamente, poucos podem lançar mão dos seus mecanismos (BORGES, 2006).

Para reprimir tais “infratores” nada como o uso da polícia que, “politizada” é convocada a reprimir, dar um basta, por fim a ação daqueles que estão gerando medo à sociedade. Não se clama por um trabalho preventivo ou punitivo. A ação policial é pervertida passando a atender ao cliente e não ao cidadão. Como a clientela tem “sempre” a razão, no jogo do público e do privado, saem ganhando aqueles que com maestria usam a retórica política, do medo e àquela direcionada para os proprietários do poder de formação das mentalidades. Nessas circunstâncias, é sempre preciso uma ação rápida da instituição policial. Bem comandada ela “solta” os policiais nos morros, nas “favelas”, nos “aglomerados”, nas “zonas quentes de criminalidade” e nos bairros pobres para que eles possam “avançar” sobre a população desprivilegiada nos campos político,

11 O medo, tal como revela Malaguti Batista (2003), é um forte e potente condutor de subjetividades. Se partirmos do pressuposto do somatório dos medos individuais difusos, é provável a emergência do que Sánchez (2002) timidamente chamou de “sociedade do medo”: “de qualquer maneira, mais importante que tais aspectos objetivos é seguramente a dimensão subjetiva de tal modelo de configuração social. Desde essa última perspectiva, nossa sociedade pode ser melhor definida como a sociedade da *insegurança sentida* (ou como a sociedade do medo). Com efeito, um dos traços mais significativos das sociedades da era pós-industrial é a sensação geral de insegurança, isto é, o aparecimento de uma forma especialmente aguda de viver os riscos. É certo, desde logo, que os *novos riscos* – tecnológicos e não tecnológicos – existem. Tanto é assim que a própria diversidade e complexidade social, com sua enorme pluralidade de opções, com a existência de uma abundância informativa a que se soma a falta de critérios para a decisão sobre o que é bom e o que é mau, sobre em que se pode e em que não se pode confiar, constitui uma fonte de dúvidas, incertezas, ansiedade e insegurança”. (Sánchez, 2002, p. 32-33 – grifos do autor)

econômico, cultural e social.¹² “Soltos” nessas localidades, os policiais “mostram os dentes” e fazem o papel da elite hipócrita e arrogante que, na verdade, quer ver calma a *underclasses* (WACQUANT, 2001) e sossegada a população pobre que habita aquele lugar. Nos jornais e na TV, não é difícil ver policiais com armas pesadas e de baixo calibre subindo e descendo os morros da cidade. Não se pode negar que também ali se encontra a violência manifesta e latente da ação policial. As armas à mostra não deixam de causar mal-estar, violência simbólica e atinge em cheio a energia psíquica do cidadão. Nessas ruas, os policiais saem andando, apontam para cima, para baixo e, raras vezes, a arma não está em direção a alguém que, tampouco é suspeito. As circunstâncias são complexas, mas este perfil de ação dificilmente seria levado a efeito numa “zona fria de criminalidade” como é o caso de algumas regiões privilegiadas do ponto de vista econômico, cultural e político da cidade.

É discutível a questão do uso legítimo da violência pelo Estado. Primeiro, porque não podemos viver sem ele e, segundo, porque ele carrega em si a própria contradição. Não são poucos os autores que têm chamado a atenção para o aumento dos excluídos. Mais que isso, chegam mesmo a afirmar o fim da contradição entre explorados e exploradores e a emergência de relações sádicas entre incluídos e excluídos, cuja mola propulsora de ação é a fobia, a indiferença e o horror em relação ao outro (YOUNG, 2002; BATISTA, 2003, 2005). O próprio Zaffaroni (2005) afirma que o excluído é desnecessário ao

12 É preciso jogar ao chão a discussão acerca do mito que afirma que os seres humanos são iguais perante a lei. No Brasil, é mais do que perceptível a estigmatização, demonização e criminalização de certos grupos sociais e, por ressonância, dos lugares onde moram. Termos como “favela”, “complexos”, “cortiços”, “periferias”, “locais de despejo”, “aglomerado urbano”, “cabeças de porcos” e “zonas quentes de criminalidade” revelam como estigmatizamos o outro. A mídia incorpora tais termos, produzem outros e os transformam em categorias que “carregam legitimidade” acadêmica. Sabe-se, há muito, que homens e mulheres forjam padrões de sociabilidade e regras culturais alicerçadas em normas formais e informais. A condição humana, mesmo nas piores condições objetivas de vida, produz suas regras, teias de significados, normas e símbolos. No campo sociológico não cabe debates acerca de determinados lugares que aparecem carentes de organização, força moral e princípios civilizatórios da cultura ocidental. Porém, é preciso afirmar que muitas dessas categorias passaram a fazer parte das representações sociológicas produzidas sob um olhar carente de observação e participação na vida dos grupos menos privilegiados. Sobre a temática abordada, ver Brant (1975), Zaluar (1985), Caldeira (1984), Sader & Paoli (1986), Telles (1993) e Alvito (2001).

incluído: “o excluído perturba; é alguém que está demais, alguém que nasceu errado, que é descartável” (ZAFFARONI, 2005, p. 22-23) e, contundente, assevera que:

Isso vai repercutindo em uma programação urbana: cidades, centros, viadutos, parques residenciais, viadutos sem esquinas, para não deter o carro e ser roubado, para passar rápido. Embaixo do viaduto. Os excluídos, mutantes. Essa programação não é uma imaginação. Temos muitas cidades que vão construindo essa configuração (ZAFFARONI, 2005, p. 23).

No campo da programação política ressalta-se ainda o caso da instituição polícia e as mudanças porque elas vêm passando, principalmente, no caso de Minas Gerais (BARROS, 2005). Sabemos há muito que a polícia nesse país foi e é utilizada pelos que estão no poder. Não são poucos os que se dedicaram a essa temática. Temos pesquisas sobre a década de 20, 30 ou mesmo dos anos 60. Nesses estudos, é flagrante um tronco comum: a busca dos *penalizáveis*. Sabemos que, não muito longe, muitos foram penalizados e criminalizados simplesmente por lutar por liberdade ou por democracia. Contudo, o que aparentemente é novidade na década de 80 e nos anos seguintes é a mudança não somente do perfil governamental. Já mencionei sobre o paradoxo da democracia brasileira. Nesse espaço me refiro aos novos *penalizáveis*, ou melhor, àqueles que estamos procurando *essencializar* (YOUNG, 2002), perceber como “diferente”, passível de limpeza e de retorno à “normalidade”.

A década de 90 é a da *tolerância consentida*, na qual vemos policiais agirem como soldados do Exército, procurando inimigos internos, “suspeitos” e “culpados” sem qualquer possibilidade de defesa e direito ao contraditório. Longe de pensar que culpados e suspeitos não existam, é certo afirmar que os mais sofisticados e perigosos não estão onde as autoridades estão procurando. Nos denominados “aglomerados urbanos” ou nas favelas estão a ralé do que a mídia vem chamando de “crime organizado”. Curioso, pois nesse caso ele peca justamente por ser desorganizado e, por muitas vezes, não estar de mãos dadas com integrantes do Estado. É possível errar nessa esfera, pois na tentativa de modificar a política policial, os administradores têm importado, comprado e vendido idéias que podem, provavelmente, ser perigosas. Em tais circunstâncias é importante chamar atenção para o que vem sendo chamado de integração ou mesmo unificação das polícias.

A idéia, à primeira vista parece interessante, nada como unificar a inteligência da investigação com a prevenção e repressão daqueles que racional-

mente sabem da possibilidade da punição. O problema reside é em que circunstâncias e quais serão os indivíduos a serem investigados; como serão reprimidos e em que medida serão penalizados. Se seguirmos o caminho delineado por Zaffaroni (2005), no qual os excluídos estão longe de qualquer diálogo com os incluídos, a questão fica complexa, pois a força armada do Estado sabe onde procurar e encontrar os “suspeitos” e “culpados”. O mesmo pode acontecer com os excluídos das idéias dominantes. É sabido o império da vigilância e da disciplina como fortes mecanismos de controle social (FOUCAULT, 1975, 1979, 1989). Todavia, mais do que nunca é importante não se enganar, haja vista que toda relação de poder comporta os seus elementos de sadismo, perversão e crueldade. No campo em tela, é curioso que, em pleno período democrático, temos uma polícia (PM2) de investigação no interior de uma Polícia Militar.

Uma Polícia Militar em um país democrático não deixa de ser uma contradição. Mais que isso, mesmo civil, a nossa polícia de investigação – a Polícia Civil – é conhecida pelas torturas, pelo uso e abuso da lei e, principalmente, pela corrupção. Ao contrário do que parece, pouco ou nada os governantes têm se movido para modificar esse cenário. Em trabalho anterior (BARROS, 2005), não foi difícil perceber que a polícia, notadamente a PM, sabe onde estão os infratores, conhecem os meliantes, estudam e acumulam informações que, aos olhos do senso comum, são inimagináveis. A polícia é um poder sem controle, além de se comportaram como “deuses”, os nossos policiais são leais à estrutura tecnoburocrática do Estado e, para isso, são devidamente treinados para a “guerra” (CARVALHO, 2001; BARROS, 2005). É possível afirmar mais que isso, muitos são paranóicos, buscam suspeitos, culpados e, várias vezes, julgam por conta própria (BARROS, 2005; RAMOS; MUSUMECI, 2005). Essas são somente algumas reflexões, não tão potentes como a de Zaffaroni (2005) que percebe na unificação (e não em uma integração) o maior dos perigos que estamos forjando na sociedade moderna. Em suas palavras encontramos:

Unificar polícias é estabelecer uma força de controle única no país, ou quase única; é criar praticamente uma força armada que vai controlar o poder político; é avançar pelo caminho de uma nova técnica de golpe de Estado, mas, agora, praticado pelas polícias e não pelos exércitos. Esta é uma das ameaças maiores que temos nesse momento, bem concreta, bem financiada, bem paga (ZAFFARONI, 2005, p. 18).

São inquietantes as palavras do autor que admiro e que talvez seja um dos maiores penalistas da América Latina. Suas reflexões nos levam a pensar na

idéia de uma “política da conspiração”, pois o próprio Zaffaroni (2005) menciona a emergência de um Estado Policial, de uma justiça sem rosto, de testemunhas secretas, de juízes coniventes com a criminalidade para descobrir os mediantes, ou de ministério público viciado e sem transparência. Suas palavras causam mal-estar, pois ele vê idéias copiadas de outros países, investimentos externos de Partidos oriundos das grandes potências, de autoridades e pessoas com poder de voz e de agenda manipulando o Estado em bem próprio, mesmo cientes da possibilidade de corrupção latente ou manifesta. No caso em questão, Zaffaroni (2005) ainda salienta que:

Uma polícia única, um polícia unificada, é uma polícia que vira incontrolável. Mas, não só pelo poder político dos Estados nacionais; vira incontrolável também pelo poder internacional. Porque acaba se corrompendo e o único que acaba fazendo é se tornar, nem sequer uma máfia, mas uma multiplicidade de grupos mafiosos de criminalidade organizada. Polícia sem controle é polícia corrupta que no final acaba destruída (ZAFFARONI, 2005, p. 19).

As palavras do penalista seguem, no caso do controle das instituições policiais, o que há muito já se discute: quem vigia os vigilantes? (Beato, 2000; Lemgruber et. al., 2003; Barros et. al., 2006) No caso em tela é difícil, ou quase impossível, não concordar com Zaffaroni (2005), até porque sabemos em que território estamos e sabe-se que, “onde existe poder tem que haver controle”. E não há outro mecanismo que não seja a ação e a vitalidade do poder judiciário. A pergunta que se deve fazer em tais circunstâncias é: “Como controlar o poder punitivo do Estado?”. Historicamente dois atores apareceram nesses momentos: (1) os intelectuais e, (2) aqueles que atuam no sistema penal, notadamente, os advogados, delegados, juízes, promotores etc.

No primeiro caso, creio ser difícil esperar muita coisa. A casa dos intelectuais, pelo menos em tese, é a Universidade. Desde o século XII ou mesmo o XIII, as universidades foram centros de saber e contenção do poder do Estado ou da sociedade. Exercia, de uma forma ou de outra, um poder mediador. Não é preciso insistir que estamos longe desta conjuntura. E como não é lugar para maiores detalhes sobre o assunto, é suficiente mencionar que há em muitas universidades brasileiras o desinteresse por debates nesse campo, com raras exceções, muitas estão à deriva, alguns intelectuais se despontam aqui e acolá, entretanto, ávidos por notoriedade se entregam ao poder público ou ao poder privado.

Em segundo, apesar dos problemas que perpassam a instituição policial, é indubitável que se trata de uma força espetacular e complexa. Se durante as

greves de 1997 e 2004 não foi fácil controlá-las com a força do poder executivo, imaginem sem o poder judiciário. Grande seria a força do Estado com o apoio e o poder manifesto da polícia. Neste caminho, já estamos no campo da política criminal ou mesmo penal. E é nessa esfera que se insere o importante trabalho dos agentes que atuam no campo da justiça (advogados, delegados, juízes, promotores), pois, tal como Vera Malaguti Batista (2005, p. 55) argumenta, devem eles dispor de toda energia “para conter a máquina mortífera, o sistema penal neoliberal”. Na verdade “o sistema” tampouco é neoliberal e muitas dessas práticas, tal como destaca Zaffaroni (2005), são de Idade Média. Trata-se na realidade de um retrocesso imbecil e longe do que se entende por civilização. Mas o que se manifesta – de difícil discordância – é que são esses profissionais que estarão à frente, ou terão a incumbência da dura tarefa de “contenção do poder punitivo do Estado” o qual, atualmente, tem por freguesia os excluídos do campo social, político, cultural e econômico. A questão é complexa, pois são nas condições objetivas da questão criminal e da segurança pública que as elites e as forças privadas do mercado estão à deriva.¹³

Finalmente, mesmo sabendo que a cultura brasileira é inquisitorial (Kant de Lima, 1995, 1997, 1999), penso que a questão da unificação ou mesmo integração das polícias é uma mudança a ser cuidadosamente trabalhada. O como controlar “os incontroláveis” é o desafio. Não é fácil lidar com duas instituições, a Polícia Civil e a Polícia Militar que possuem culturas e ordem administrativa e normativa totalmente diferentes e é de desconfiar - no Brasil - das relações tecidas em quatro paredes em nível de Estado. Obviamente, elas devem ter o seu lugar, mas que não produzam “culpados”, tampouco “inimigos” e “suspeitos”, haja vista o risco de grandes erros, principalmente quando se sabe que, em determinados regimes governamentais, as primeiras cabeças cortadas são da oposição.

13 No caso do Brasil, essa face real da política ficou configurada no final da década de 80 e início de 90. Ela ficou maquiada no final dos anos seguintes e deve trocar de roupagens da moda caso não se consolide o nosso grande e penoso processo de transição democrática.

Referências bibliográficas

BARROS, Lúcio Alves de. **Polícia e Sociedade**: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2005.

BARROS, Lúcio Alves de (Org.). **Polícia em Movimento**. Belo Horizonte: ASPRA, 2006.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, Vera Malaguti. A funcionalidade do processo de criminalização na gestão dos desequilíbrios gerados nas formações sociais do capitalismo pós-industrial e globalizado. In: KARAM, Maria Lúcia (Org.). **Globalização, sistema penal e ameaças ao Estado democrático de direito**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. p. 49-77.

BEATO, Cláudio Chaves. Ação e estratégia das organizações policiais. Belo Horizonte, 2000a. (mimeo). In: **Revista Alferes**, v. 15, n. 51, abr./jun. 2000. p. 37 - 62.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos de das penas**. Tradução de Flório de Angelis. São Paulo: Edipro, 1994. O original data de 1764.

BORGES, Wilson Couto. **Criminalidade no Rio de Janeiro**: a imprensa e a (in) formação da realidade. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 14. ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990. A primeira edição é de 1895.

FOUCAULT, Michel. **Dois ensaios sobre o sujeito e o poder**. Textos extraídos do livro de Hebert Dreyfus e Paul Rabinow (si). Tradução de Lília Valle e revisão de Silvia Aguiar, 1989. (texto mimeografado).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 10. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992. O original data de 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 19. ed. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999. O original data de 1975.

GIRARD, René. **A violência e o sagrado**. São Paulo: Unesp; Paz e Terra, 1990.

GLASSNER, Barry. **Cultura do medo**. São Paulo: Francis, 2003.

HAUSER, Ester Eliana. **A pena e o sistema penal**: algumas considerações sobre a sua legitimidade. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: seus dilemas e paradoxos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

_____. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1 - 4, maio 1997.

_____. Polícia, justiça e sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 23-38, nov. 1999.

KANT DE LIMA, Roberto; MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MISSE, Michel. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica de Ciências Sociais**, n. 50, 2. sem. 2000. p. 45-123.

LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignácio. **Quem vigia os vigias?**: um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crime, controle social e a cultura oficial da sociologia. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 10, n. 2, Rio de Janeiro, jul./dez. 1995.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia**: O paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI. **Elemento suspeito**: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RONDELLI, Elizabeth. Media, representações sociais da violência, da criminalidade e ações políticas. **Comunicação & Política**, v. 1, n. 2. Rio de Janeiro: Cebela, dez. 1994 / mar. 1995. p. 97-108.

SANMARTIN, Isabela Bastos Muradas. **Imagens no jornalismo impresso**: análise das fotografias de polícia no jornal Diário da Tarde. Belo Horizonte: Monografia de conclusão de curso de Comunicação Social do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário de Belo Horizonte / UNI-BH, 2002.

SÁNCHEZ, Jesús-Maria Silva. **A expansão do direito penal**: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002. Volume II.

SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. **O império do grotesco**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SODRÉ, Muniz. "Quando precisa de audiência, a televisão apela para o grotesco". Entrevista concedida a Cristiane Costa. Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, Caderno Idéias, 13 de julho de 2002.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco**. Petrópolis: Vozes, 1973.

WACQUANT, Loic. A ascensão do Estado penal nos EUA. In: *Discursos Sediciosos*. Crime, direito e sociedade., ano 7, nº 11, 1º semestre de 2002. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2002.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**: estudo sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Martins et. al. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2001.

WACQUANT, Loic. Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WEBER, Max. A política como vocação. In GERTH, H. H.; MILS, Wright (Org.). **Ensaio de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963. p. 97-153. Originalmente, esse texto foi um discurso pronunciado na Universidade de Munique em 1918.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2002. (Coleção Pensamento Criminológico – v. 7).

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. Abertura / Conferência. Globalização, sistema penal e ameaças ao Estado democrático de direito. In: KARAM, Maria Lúcia (Org.). *Globalização, sistema penal e ameaças ao Estado democrático de direito*. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2005. pp. 15-46.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. **O inimigo no direito penal**. Tradução de Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan; Instituto Carioca de Criminologia, 2007. (Coleção Pensamento Criminológico – v. 14).